

CAMPESINATO E EDUCAÇÃO DO CAMPO: MODOS DE VIDA E DE APRENDER

PEASANTRY AND RURAL EDUCATION: WAYS OF LIFE AND LEARNING

Iranildo da Silva Oliveira¹
Débora Brisola de Araújo²

Área Temática 02: Educação Profissional e Tecnológica, Educação do Campo e Educação de Jovens e Adultos
Modalidade: Resumo expandido

1. Introdução

Este texto tem como objetivo estreitar a discussão entre Campesinato e Educação do Campo, entendendo o elo existente entre essas duas áreas de discussão. Para melhor compreensão do termo campesinato, Shanin (2005) por meio dos conceitos criados por autores que têm tecido uma rede de entendimento sobre esse significado, destaca que é um “modo de vida”, ou seja, a relação que os grupos e comunidades tem com o lugar que vivem, a forma que cuidam da terra, dos rios e dos animais.

Sobre a educação do campo, ela é reconhecida como modalidade de ensino da Educação Básica pela Resolução nº 4 de 2010, que define Diretrizes Curriculares Gerais para esse nível de ensino. Nesse sentido, o Art. 36 enfatiza que a escola do campo define sua identidade a partir “da vinculação com as questões inerentes à sua realidade, com propostas pedagógicas que contemplam sua diversidade em todos os aspectos, tais como sociais, culturais, políticos, econômicos, de gênero, geração e etnia” (Brasil, 2010a).

O que a legislação deixa claro, é que deve existir a relação entre educação e o lugar de vivência do público dessa modalidade de ensino. A população do campo é compreendida aqui a partir do Decreto nº 7.352 de 2010, no Art. 1º, parágrafo 1º, inciso I, onde considera um vasto público, a saber:

os agricultores familiares, os extrativistas, os pescadores artesanais, os ribeirinhos, os assentados e acampados da reforma agrária, os trabalhadores assalariados rurais, os quilombolas, os caiçaras, os povos da floresta, os caboclos e outros que produzam suas condições materiais de existência a partir do trabalho no meio rural (Brasil, 2010b).

¹ Universidade do Estado do Pará; e-mail: iranildopdgg@gmail.com

² Faculdade São Marcos; e-mail: deborabrisola11@gmail.com

Como podemos perceber, é uma modalidade de ensino que tem em seu bojo, grupos diversos, com seus modos de viver e de produção distintas, mas que para a educação, estão dentro de uma grande área e/ou território, a educação do campo. “A concepção hegemônica de território é a de que ele se constitui num espaço sob controle e domínio de um grupo social, estado, corporação, indivíduo, dentre outros” (Fabrini, 2011, p. 98).

Partindo do que foi apresentado, busca-se aqui, estabelecer uma conexão profunda entre os dois campos de discussão apresentados, ressaltando o elo existente entre eles. As considerações aqui presentes, podem ser agrupadas em: a definição legal e conceitual da Educação do Campo, a abrangência do termo Campesinato (e a população do campo), o contexto de conflito e as políticas públicas, e o papel da academia.

2. Metodologia

Apresenta-se aqui uma pesquisa qualitativa que, segundo Flick (2009, p. 8), visa abordar o mundo “lá fora”, analisando as experiências relacionadas a histórias biográficas ou a práticas de indivíduos ou de grupos.

Além disso, é do tipo bibliográfica, por utilizar produções já realizadas acerca do tema proposto (GIL, 2008, p. 50). Lakatos e Marconi (2003, p. 183) consideram que a pesquisa bibliográfica “não é mera repetição do que já foi dito ou escrito sobre certo assunto, mas propicia o exame de um tema sob novo enfoque ou abordagem, chegando a conclusões inovadoras”.

3. Resultados/Discussões

O campo é local de conflito entre os que almejam cuidar da terra para o cultivo sustentável, manutenção da família e comunidade, e os que querem fazê-la produtora de riqueza. Nesse sentido, Oliveira (1994, p. 19) é categórico ao afirmar que “com ou sem diferença geral, a verdade é que muitos brasileiros perderam a vida na luta por um pedaço de terra no território do latifúndio”. O campo é local de conflito entre aqueles que buscam o cultivo sustentável, a manutenção da família e da comunidade, e os que visam a produção de riqueza.

Nesse contexto de conflitos, os povos diversos que vivem da terra, merecem atenção nas políticas públicas para a oferta de educação com qualidade, que sejam gestadas a partir do contexto em que vivem, considerando as especificidades existentes dos povos do campo, aqui se referindo ao Decreto nº 7.352 de 2010, sobre essa população. Oliveira (2009, p.15) considera que o ser humano é histórico por essa relação que tem com o mundo e para o mundo “numa perspectiva dialética, como ser de *práxis*, situado em uma realidade concreta, em um contexto histórico-social, no qual estabelece relações *com* os outros seres”.

Sobre a Educação do Campo, essa modalidade de ensino é compreendida por Michelloti et. al (2010, p. 40) “como particularidade de um movimento histórico que é universal. Ela é a expressão particular do conhecimento da educação e da escola universais”. Dentro disso, “a relação do ser humano *com* o mundo é de atuação, de autonomia, de interferência e de modificação do mundo. O ser humano é o sujeito do conhecimento, da história e da cultura” (Oliveira, 2009, p. 15).

A Educação do Campo vem se articulando e se construindo ao longo do tempo por meio dos movimentos sociais e sociedade civil, que buscam equalizar os direitos à educação, demarcando o campo/espço. Nessa perspectiva, Fabrini (2011, p. 98) enfatiza que “o território é visto como emanção de poder derivada do Estado (território nação) ou grupos sociais capazes de exercer determinado controle, domínio, comando e autoridade sobre o espaço”.

Para Oliveira (1994, p. 18), no campesinato, “acampamentos e assentamentos são novas formas de luta de quem já lutou ou de quem resolveu lutar pelo direito à terra livre e ao trabalho liberto”. Nesse sentido, no contexto da educação do campo, a prática educativa “não pode reforçar a dualidade entre campo e cidade e entre Educação do Campo e educação da cidade, que devem ser compreendidos no plano das diferenças” (Michelloti et. al, 2010, p. 40).

Os grupos sociais diversos que compreendem o campesinato devem agir em conjunto para garantir e/ou fortalecer o processo emancipatório, assim como evidencia Moreira e Hébette (2009) ao narrar o campesinato do Baixo Amazonas e do Baixo Xingu, que culminou na Reserva Extrativista Verde para Sempre. Esses autores classificam o feito como uma “metamorfose”, que garantiu aos camponeses daquele local “maior segurança no território e mantendo, dentro dele, as áreas comunitárias já estabelecidas” (Moreira; Hébette, 2009, p. 204).

Para Arroyo (2014), esses atores e atrizes, são sujeitos sociais, que, invisibilizados, são apenas recebedores de políticas compensatórias e educativas, mas que a partir de agora, marcam sua presença nas lutas, são visíveis e apresentam resistência. “Um componente que os movimentos trazem para pensar e fazer educativos é instá-los a se reeducar para pôr o foco nos sujeitos sociais em formação que se reconhecem e se mostram sujeitos em movimento, em ação coletiva” (Arroyo, 2014, p. 27).

Nesse prisma, fica evidente que as conquistas só são efetivas se partir de dentro dos movimentos sociais, e se esses movimentos estiverem trabalhando de forma colaborativa e participativa. Partindo dessa ótica, Fabrini (2011, p. 108) reforça que “as decisões estatais devem ser colocadas a serviço dos movimentos sociais e da sociedade civil organizada e, portanto, não se trata de desobrigação, semelhante ao ideário neoliberal”.

Os movimentos sociais são cruciais, pois as conquistas são efetivas quando partem de dentro desses movimentos, que trabalham de forma colaborativa. As decisões estatais devem ser colocadas a serviço dos movimentos sociais e da sociedade civil organizada. Nesse contexto, os povos que vivem da terra merecem atenção nas políticas públicas para a oferta de educação com qualidade, gestadas a partir de seu próprio contexto e considerando suas especificidades.

4. Considerações Finais ou Conclusão

A Educação do Campo sendo problematizada dentro dos espaços acadêmicos, possibilita visibilidade a grupos sociais que estão inseridos no Campo e possuem especificidades que são reveladas ao meio científico em geral. Além de apontar questões que são caras para interpretar o modo de viver e se relacionar com o meio, evidenciando a singularidade e necessidades existentes nas regiões brasileiras.

As problematizações apresentadas, apontam questões importantes para interpretar seus modos de viver e se relacionar com o meio, evidenciando suas singularidades e necessidades nas diferentes regiões brasileiras. Os atores e atrizes do campo, antes invisibilizados e apenas recebedores de políticas compensatórias, agora marcam sua presença nas lutas, são visíveis e apresentam resistência, mostrando-se sujeitos em movimento e em ação coletiva.

5. Referências Bibliográficas

ARROYO, Miguel Gonzáles. **Outros Sujeitos, Outras Pedagogias**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

BRASIL. **DECRETO Nº 4, DE 13 DE JULHO DE 2010**. Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. Brasília, 2010.

BRASIL. **DECRETO Nº 7.352, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2010**. Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA. Brasília, 2010.

FABRINO, João Edimilson. Território, Classe e Movimentos Sociais no Campo. **REVISTA ENANPEGE**. v. 7, n. 7. 2011. p. 97-112.

FLICK, Uwe. **Desenho da pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MICHELLOTTI, Fernando et al. Sínteses Finais dos Círculos de Produção de Conhecimento – (CPC). *In*: MOLINA, Mônica Castagna (Org.). **Educação do Campo e Pesquisa II: questões para reflexão**. Brasília: MDA/MEC, 2010. p. 14-43.

MOREIRA, Edma Silva; HÉBETTE, Jean. METAMORFOSES DE UM CAMPESINATO NOS BAIXO AMAZONAS E BAIXO XINGU PARAENSES. *In*: GODOI, Emilia Pietrafesa de; MENEZES, Marilda Aparecida; MARIN, Rosa Acevedo (Orgs.). **Diversidade do campesinato: expressões e categorias: Construções identitárias e sociabilidade**. v. 1. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009. p. 187-207

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **A geografia das lutas no campo**. 6 ed. São Paulo: Contexto, 1994.

OLIVEIRA, Ivanilde Apoluceno de. Apresentação da série Educação ao longo da vida. **Salto para o Futuro**. Ano XIX. Nº 11. ISSN 1982-0283. Seed/MEC, Brasília, 2009. p. 05-13.

SHANIN, Teodor. A definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista. **REVISTA NERA**, ANO 8, N. 7, JULHO/DEZEMBRO DE 2005.